



**2º SIMULADO ESPECIAL**

# **CNU**

— **BLOCO TEMÁTICO 5** —  
**Administração**

**Pós-Edital**

# Simulado

## 2º Simulado Especial CNU (Bloco Temático 5)

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU**, cargo de **Bloco Temático 5 - Administração**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

### PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/hVQYVQmVv5zsbeWe9>

01 - A B C D E	16 - A B C D E	31 - A B C D E	46 - A B C D E	61 - A B C D E	76 - A B C D E
02 - A B C D E	17 - A B C D E	32 - A B C D E	47 - A B C D E	62 - A B C D E	77 - A B C D E
03 - A B C D E	18 - A B C D E	33 - A B C D E	48 - A B C D E	63 - A B C D E	78 - A B C D E
04 - A B C D E	19 - A B C D E	34 - A B C D E	49 - A B C D E	64 - A B C D E	79 - A B C D E
05 - A B C D E	20 - A B C D E	35 - A B C D E	50 - A B C D E	65 - A B C D E	80 - A B C D E
06 - A B C D E	21 - A B C D E	36 - A B C D E	51 - A B C D E	66 - A B C D E	81 - A B C D E
07 - A B C D E	22 - A B C D E	37 - A B C D E	52 - A B C D E	67 - A B C D E	82 - A B C D E
08 - A B C D E	23 - A B C D E	38 - A B C D E	53 - A B C D E	68 - A B C D E	83 - A B C D E
09 - A B C D E	24 - A B C D E	39 - A B C D E	54 - A B C D E	69 - A B C D E	84 - A B C D E
10 - A B C D E	25 - A B C D E	40 - A B C D E	55 - A B C D E	70 - A B C D E	85 - A B C D E
11 - A B C D E	26 - A B C D E	41 - A B C D E	56 - A B C D E	71 - A B C D E	86 - A B C D E
12 - A B C D E	27 - A B C D E	42 - A B C D E	57 - A B C D E	72 - A B C D E	87 - A B C D E
13 - A B C D E	28 - A B C D E	43 - A B C D E	58 - A B C D E	73 - A B C D E	88 - A B C D E
14 - A B C D E	29 - A B C D E	44 - A B C D E	59 - A B C D E	74 - A B C D E	89 - A B C D E
15 - A B C D E	30 - A B C D E	45 - A B C D E	60 - A B C D E	75 - A B C D E	90 - A B C D E

### SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/BBLi>

**CONHECIMENTOS GERAIS****DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Nelma Fontana*

1. A respeito da dignidade da pessoa humana e sobre o papel das escolas no combate às discriminações por gênero e orientação sexual, com base no entendimento do STF, julgue os itens a seguir.
- I. O STF reconheceu o dever constitucional das escolas públicas e particulares de coibir discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, promovendo um ambiente educacional inclusivo e respeitoso.
- II. O direito à educação deve ser interpretado de forma restrita, limitando-se a garantir o acesso ao ensino formal, sem incluir políticas de combate à discriminação e promoção da igualdade de gênero.
- III. A decisão do STF destacou que o Estado tem o dever de agir positivamente para implementar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual no ambiente educacional.
- IV. A omissão da menção expressa ao combate à homotransfobia no Plano Nacional de Educação não afasta a obrigação das instituições de ensino de adotarem medidas contra a discriminação, pois essa proteção decorre diretamente da Constituição.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

2. Saúde é direito fundamental consagrado no artigo 6º da Constituição Federal. Trata-se de direito de todos e dever do Estado. Sobre os critérios para o fornecimento de medicamentos não incorporados na política pública do SUS, assinale a alternativa correta
- a) O STF decidiu que todas as demandas sobre fornecimento de medicamentos, independentemente do valor do tratamento e da existência de registro na ANVISA, devem tramitar exclusivamente na Justiça Estadual.
  - b) O STF decidiu que o Poder Judiciário pode determinar o fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS sem a necessidade de analisar o ato administrativo da Conitec sobre a negativa de incorporação.
  - c) O STF determinou que a União não possui responsabilidade financeira em ações judiciais relacionadas ao fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS, sendo tal obrigação exclusiva dos Estados e Municípios.
  - d) O STF considerou inconstitucional qualquer forma de resarcimento da União aos Estados e Municípios em casos de fornecimento de medicamentos determinados judicialmente.
  - e) O STF estabeleceu que as ações que envolvem medicamentos não incorporados ao SUS, mas com registro na ANVISA, devem tramitar na Justiça Federal, quando o valor do tratamento anual for igual ou superior a 210 salários-mínimos.

**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Alessandra (Alê) Lopes*

3. Os conceitos fundamentais do Estado moderno estão intimamente relacionados ao modo como os indivíduos se organizam política e juridicamente. Entender a diferença entre soberania, governo, território e cidadania é essencial para compreender a estrutura do Estado contemporâneo.

Relacione os conceitos abaixo com suas respectivas definições:

1. Soberania
2. Governo
3. Território
4. Cidadania

( ) Autoridade suprema e independente que o Estado possui para se autodeterminar e se organizar interna e externamente.

( ) Conjunto de instituições e pessoas responsáveis pela direção do Estado e pela condução das políticas públicas.

( ) Base física delimitada onde se estabelece a jurisdição de um Estado soberano.

( ) Condição jurídica que permite a um indivíduo o exercício de direitos e o cumprimento de deveres perante um Estado.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3 – 4
- b) 2 – 3 – 4 – 1
- c) 1 – 3 – 2 – 4
- d) 4 – 2 – 1 – 3
- e) 2 – 4 – 3 – 1

4. A Constituição Federal de 1988 consagrou o modelo de Estado Democrático de Direito no Brasil. Esse modelo ultrapassa a noção meramente formal de legalidade e se ancora na soberania popular, na promoção dos direitos fundamentais e na participação ativa dos cidadãos na formulação, fiscalização e avaliação das políticas públicas.

À luz do conceito de Estado Democrático de Direito e das práticas associadas à participação e ao controle social, analise as afirmativas abaixo:

- I. O controle social implica que a sociedade civil possa acompanhar, avaliar e intervir nas ações do Estado, ainda que sem mecanismos institucionalizados, por meio de manifestações espontâneas e redes sociais.
- II. A participação social é uma diretriz do Estado Democrático de Direito, e se concretiza apenas por meio da eleição periódica de representantes nos Poderes Executivo e Legislativo.
- III. Conselhos gestores de políticas públicas são exemplos de instrumentos institucionais de controle social, que ampliam os canais de deliberação democrática.
- IV. O Estado Democrático de Direito exige que a legalidade se harmonize com os princípios da dignidade da pessoa humana, da transparência e da participação cidadã.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

5. (...) O ato de relacionar direitos fundamentais com políticas públicas e, em especial, com políticas públicas de direitos sociais abre a porta à possibilidade de um maior controle ou intervenção judicial na ação governamental, sem violação da separação dos poderes, aumentando a transparência ao suscitar que mais cidadãos e organizações sociais possam recorrer ao Poder Judiciário sempre que o Poder Público não venha implementar políticas públicas constitucionalmente devidas ou realizar outras frontalmente contrárias ao texto constitucional.(Carvalho, 2019, p. 783). A utilização do Poder Judicial para solução de demandas individuais em oposição aos processos coletivos, na busca da efetivação de direitos e de políticas públicas, tem como consequência

- a) o afastamento da possibilidade de uma resposta estrutural do problema.
- b) o fortalecimento do controle popular sobre as decisões judiciais e administrativas.
- c) a ampliação da participação cidadã nos espaços deliberativos do Judiciário.
- d) a consolidação de políticas públicas de forma mais democrática e universal.
- e) o aumento da efetividade das políticas públicas por meio de decisões individualizadas.

7. Um gestor público precisa avaliar se vale a pena manter um programa que oferece bolsas de estudo no exterior. Ele decide converter tanto os custos (passagens, bolsas, taxas) quanto os benefícios (como aumento de renda dos bolsistas após retorno, impostos pagos, etc.), ambos em valores financeiros, para decidir se o investimento compensa. Nesse caso, ele está utilizando qual tipo de análise?

- a) Análise Efetividade-Custo.
- b) Análise Custo-Efetividade.
- c) Análise Benefício-Efetividade.
- d) Análise Custo-Benefício.
- e) Análise de Resultados Públicos.

8. O governo estadual lançou um programa que oferece óculos de grau gratuitamente para estudantes da rede pública. O projeto é financiado com recursos do orçamento do Estado e beneficia um grupo específico da população. Essa política pública é caracterizada como:

- a) Regulatória.
- b) Redistributiva.
- c) Efetividade-Custo.
- d) Distributiva.
- e) Estruturante.

9. Um programa estadual de alfabetização foi concluído após quatro anos de execução. Agora, os gestores querem verificar se os objetivos previstos foram alcançados, analisando os resultados do programa. Esse tipo de avaliação, realizada após a implementação, é conhecida como:

- a) Avaliação Concomitante.
- b) Avaliação In Itinere.
- c) Avaliação Ex Ante.
- d) Avaliação Ex Post.
- e) Avaliação Inicial.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

*Stefan Fantini*

6. Em relação às etapas clássicas que compõem o ciclo de políticas públicas, assinale a opção que não corresponde a uma dessas fases.

- a) Avaliação.
- b) Tomada de decisão.
- c) Implementação.
- d) Formulação da política.
- e) Prestação de contas.

**10.** No processo de construção da agenda governamental, os problemas públicos podem ser classificados conforme sua intensidade ao longo do tempo. Considerando essa tipologia, assinale a alternativa correta:

- a) O congestionamento progressivo nas grandes cidades, resultado do aumento da frota de veículos, é um exemplo clássico de problema cíclico.
- b) A descoberta de um grande esquema de corrupção, que provoca intensa mobilização da mídia e da opinião pública, representa um problema incremental.
- c) A redução contínua dos índices de analfabetismo no Brasil, após décadas de programas educacionais, é um exemplo de problema em declínio.
- d) A precariedade das escolas públicas, que se mantém praticamente com o mesmo nível de atenção e gravidade ao longo dos anos, caracteriza um problema súbito.
- e) O aumento de doenças respiratórias durante o outono e o inverno é um exemplo típico de problema incremental.

### **ÉTICA E INTEGRIDADE**

*Rodrigo Bet*

**11.** Durante o processo seletivo simplificado realizado por uma fundação pública, constatou-se que determinado candidato foi beneficiado por critérios subjetivos aplicados de forma desigual, em desacordo com as regras previamente estabelecidas no edital. Tal conduta resultou em favorecimento indevido, desvirtuando a finalidade pública do certame.

A violação relatada configura ofensa direta a qual princípio constitucional da Administração Pública?

- a) Moralidade.
- b) Publicidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Eficiência.
- e) Razoabilidade.

### **ÉTICA E INTEGRIDADE**

*Stefan Fantini*

**12.** Sobre a distinção entre Governança Pública e Gestão Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A gestão pública foca em efetividade e economicidade e a governança pública foca em eficácia e eficiência.
- b) A governança pública tem função direcionadora, enquanto a gestão pública tem função realizadora.
- c) A gestão pública é responsável por avaliar e direcionar, enquanto a governança pública cuida da execução dos planos.
- d) Governança e gestão são funções operacionais idênticas no setor público.
- e) A gestão pública envolve avaliar, dirigir e monitorar, enquanto a governança pública envolve planejar, executar e controlar.

**13.** Com base no Decreto nº 9.203/2017, que estabelece a política de governança pública na administração pública federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Integridade e transparência são princípios da governança pública.
- II. Liderança, estratégia e controle são mecanismos para o exercício da governança pública.
- III. Liderança, integridade e controle são princípios da governança pública.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

**ÉTICA E INTEGRIDADE***Rodrigo Bet*

**14.** Uma autarquia federal determinou a imediata execução de um contrato administrativo para reforma em suas instalações, mas deixou de divulgar atos contratuais em meio oficial, o que impediu que os cidadãos e empresas interessadas tivessem ciência do ato. Apesar de o contrato ter sido regularmente realizado, a ausência dessa formalidade comprometeu sua eficácia.

Com base no caso descrito, assinale a alternativa que indica corretamente o princípio constitucional da Administração Pública que foi violado e cuja observância é requisito para a eficácia do ato administrativo.

- a) Legalidade.
- b) Moralidade.
- c) Eficiência.
- d) Publicidade.
- e) Impessoalidade.

**15.** A Controladoria de um órgão público federal está elaborando um relatório sobre o uso de verbas destinadas a programas sociais. Um dos critérios para validação das informações constantes nesse relatório é a garantia de que os dados foram extraídos diretamente da fonte, com elevado grau de detalhamento e sem qualquer tipo de modificação ou tratamento posterior.

No contexto da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o atributo exigido da informação, conforme descrito acima, corresponde ao conceito de:

- a) Autenticidade.
- b) Disponibilidade.
- c) Integridade.
- d) Primariedade.
- e) Fidedignidade.

**DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE***Géssica Ehle*

**16.** O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 reconhecendo o direito à retificação do nome e do gênero no registro civil por pessoas transgênero, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual, laudos médicos ou autorização judicial. Nos termos do Decreto nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, é correto afirmar que

- a) a utilização do nome civil é absolutamente vedada, uma vez que o nome social o substitui em todos os registros do indivíduo independentemente de requerimento
- b) o nome civil poderá ser utilizado junto do nome social por órgão ou a entidade da administração pública federal direta, caso seja estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros
- c) a utilização do nome civil deverá ser abolida sempre que órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, apurarem que o indivíduo traz aparência que pressuponha se identificar como travesti ou transexual, evitando situações que possam ser discriminatórias
- d) o nome social da pessoa travesti ou transexual constará nos documentos oficiais, se requerido expressamente pelo interessado, substituindo o nome civil
- e) o uso do nome social serve para preservar o direito à identidade de gênero de uma pessoa, que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, guardando relação necessária com o sexo atribuído no nascimento

**17.** A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) foi editada em Nova York, no dia 31 de março de 1981. Quanto as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres a CEDAW prevê que

- a) poderá haver demissões motivadas pelo estado civil, desde que resguardada indenização justa
- b) os Estados-Partes deverão implantar a licença de maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, podendo haver perda do emprego anterior e da antiguidade
- c) cada Estado-Parte promova o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que as mulheres, exclusivamente, consigam combinar as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho
- d) caso mulheres em período de gestação optem por trabalho comprovadamente prejudicial a elas, os Estados-Partes poderão adotar medidas de desligamento e justa indenização
- e) Estados-Partes devem tomar todas as medidas para garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social

**18.** Joana, servidora pública e mulher negra, praticante de religião de matriz africana, utiliza turbante diariamente como parte de sua expressão religiosa e cultural. Ao retornar ao trabalho após um período de férias, ela é surpreendida por uma nova normativa interna da repartição pública onde atua, a qual estabelece que “todos os servidores deverão manter o padrão estético e visual neutro, vedado o uso de adereços de cabeça que comprometam a identidade institucional do órgão”. Com base na Constituição Federal e na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, é correto afirmar que:

- a) A normativa não configura violação de direitos, pois o órgão pode estabelecer normas de padronização visual dos seus servidores, desde que sem referência explícita a crenças religiosas ou grupos raciais
- b) A norma em questão configura discriminação racial e religiosa direta, pois menciona expressamente a proibição de símbolos africanos
- c) Trata-se de um exemplo de discriminação racial indireta, pois a norma, embora aparentemente neutra, impõe desvantagem desproporcional a pessoas negras de religiões afro-brasileiras, como é o caso de Joana, sem justificativa razoável
- d) Joana poderá ser obrigada a se adequar à norma, desde que a Administração Pública demonstre que o uso do turbante compromete a imagem institucional do local
- e) Joana sofre com uma manifestação de intolerância, pois trata-se de uma afronta direta a sua dignidade, total desprezo e desrespeito por suas convicções religiosas

**19.** Diante do atual paradigma asseguratório de Direitos Humanos, as pessoas com deficiência (PcDs) têm assegurada a plena capacidade civil, seja por normas internacionais de Direitos Humanos, como é o caso da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, seja por normas internas, como a Lei n. 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Paulo José é pessoa com deficiência intelectual e busca saber sobre alguns dos direitos que possui expressamente assegurados por Lei, de modo que incorreto o que se afirma em:

- a) Paulo José poderá casar-se e constituir união estável mediante apresentação de atestado de pleno gozo de suas capacidades
- b) a todas as pessoas com deficiência é assegurado o direito de exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária
- c) caso Paulo José tenha menos de 18 (dezoito) anos, poderá figurar como adotando e, caso completa a maioridade civil, poderia figurar também como adotante
- d) caso Paulo José deseje passar por procedimento de vasectomia não precisará estar curatelado para o ato
- e) A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, para todos esses atos Paulo José, como pessoa com deficiência, preserva sua capacidade civil plena

**20.** A sociedade atual discute sobre a temática do envelhecimento saudável e quanto à longevidade nunca antes experenciada. Quanto aos direitos assegurados à pessoa idosa, analise os itens a seguir.

- I.** A efetivação de direitos como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade e ao respeito deve ser assegurada pela família, a sociedade e o Estado, com absoluta prioridade.
- II.** Um profissional de saúde que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra pessoa idosa de que tiver conhecimento cometerá crime a ser punido com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.
- III.** Não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL***Antônio Daud*

**21.** Gilvan, ao estudar sobre os sistemas estruturantes do Poder Executivo Federal, afirmou INCORRETAMENTE que o Sistema de:

- a) Integridade Pública possui como principal objetivo coordenar e articular as atividades relativas à integridade, além de aumentar a simetria de informações com a sociedade e estabelecer padrões para as práticas e medidas de integridade.
- b) Ouvidoria tem como finalidade principal coordenar as atividades de ouvidoria desenvolvidas pelos órgãos da administração pública federal, especialmente no tocante ao recebimento de manifestações.
- c) Correição tem por objetivo realizar atividades relacionadas à prevenção e à apuração de infrações funcionais, por meio da instauração e condução de procedimentos correcionais.
- d) Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (TI) objetiva organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de TI.
- e) Controle Externo é responsável por avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, bem como por comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

**22.** Inocêncio, servidor efetivo de determinado órgão público federal, ao assumir a gestão de um novo departamento, foi instruído pelos seus superiores sobre a execução das atividades na Administração Federal, tendo sido falado INCORRETAMENTE que:

- a) A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.
- b) A descentralização deve ocorrer dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução.
- c) A descentralização deve ocorrer da Administração Federal para as unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio.
- d) A descentralização deve ocorrer da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.
- e) Os serviços que compõem a estrutura central de direção devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, permitindo-se a descentralização das atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL***Elisabete Moreira*

**23.** O modelo racional-legal, implantado no Brasil na tentativa de acabar com a corrupção e o nepotismo presentes no modelo de administração patrimonial, mostrou-se ineficaz no atendimento às demandas dos cidadãos, tornando-se necessário implementar um novo modelo de gestão que produzisse resultados efetivos para a sociedade. Acerca da evolução das reformas da administração e do serviço público no Brasil, marque a alternativa correta.

- a) A reforma do Estado gerencial mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientada para o desenvolvimento e levou em consideração a necessidade de construção do Estado em novas bases.
- b) A reforma do Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava desde o governo de Juscelino Kubitschek.
- c) Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas deve ser definido de forma discricionária pelo gestor público.
- d) Para produzir inovações eficazes, no que diz respeito ao governo e à sociedade digital, não se faz necessário dispor de quadros jurídicos que combinem mercados e redes, pois isso burocratizaria as iniciativas.
- e) Nas crises passadas ocorridas no Estado, a exemplo de terrorismos, finanças, catástrofes naturais, entre outras, houve a necessidade dos Centros de governo, como hierarquias, assumir a liderança na orientação dos mercados.

**24.** A Administração Pública brasileira tem buscado se adaptar às mudanças da sociedade e incorporou ferramentas e a orientação para o mercado com vistas a dar resultados ao cidadão. Levando em consideração o tema, analise as alternativas as seguir.

- I. Desde o final da década de 1970, começando no Reino Unido, com a primeira-ministra Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos com o presidente Ronald Reagan, o modelo de *New Public Management* (NPM) ganhou impulso, baseado em teorias econômicas neoinstitucionalistas com transações entre principais e agentes, posteriormente, incorporado à agenda brasileira.
  - II. O Estado Neoweberiano mantém uma parcela significativa do setor público e tem a hierarquia como o seu principal motor, não só dentro do setor público, mas também para orientar a sua metagovernança entre o setor público e o setor privado com e sem fins lucrativos.
  - III. No Estado Neoweberiano, o papel da democracia representativa é substituída por uma série de dispositivos de consulta e de representação direta das opiniões dos cidadãos
- Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta.
- a) I e II, apenas.
  - b) I e III, apenas.
  - c) II e III, apenas.
  - d) I, II e III estão corretas.
  - e) I, apenas.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL***Gabriela Zavadinack*

**25.** O Estado de Arco-Íris vem enfrentando dificuldades fiscais, com déficit orçamentário recorrente e aumento de sua dívida consolidada. Ao assumir o governo, a nova gestão decide implementar um programa de ajuste fiscal e de priorização de políticas públicas com base em evidências. Para isso, o governador orienta que:

1. a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício seguinte estabeleça critérios mais rígidos para limitação de empenho, defina metas fiscais compatíveis com a sustentabilidade da dívida e incorpore resultados das avaliações de políticas públicas já executadas.
2. a próxima Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja recursos para programas cuja eficácia tenha sido comprovada nas avaliações, ainda que isso implique cortar iniciativas politicamente populares, mas ineficientes e ineficazes.
3. no Plano Plurianual (PPA), sejam incluídas metas plurianuais que considerem o cenário macroeconômico, bem como diretrizes para a política fiscal.

Considerando o disposto na Constituição Federal (CF) e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), é correto afirmar que:

- a) Todas as medidas propostas são constitucionais e coerentes com a CF e com a LRF, pois integram planejamento de médio prazo (PPA), planejamento de curto prazo (LDO) e execução anual (LOA) de forma a alinhar políticas públicas a resultados e sustentabilidade fiscal.
- b) As medidas violam a CF e a LRF, pois a LDO não pode conter critérios para limitação de empenho nem considerar avaliações de políticas públicas, já que tais funções pertencem exclusivamente ao PPA.
- c) A LOA não pode selecionar programas com base em eficácia comprovada, devendo incluir todas as ações previstas no PPA, independentemente de

avaliação de resultados, sob pena de afronta ao princípio da universalidade orçamentária.

- d) Apenas as medidas propostas nos itens 1 e 2 são constitucionais e coerentes com a LRF e com a CF, visto que as diretrizes de política fiscal devem ser tratadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e não no Plano Plurianual, conforme orientação contida no item 3.
- e) A vinculação do planejamento orçamentário aos resultados de avaliação de políticas públicas é exigência exclusiva da LRF e não encontra previsão expressa no texto constitucional.

**TRABALHO E TECNOLOGIA***Emannuelle Gouveia*

**26.** A incorporação de tecnologias digitais nos ambientes laborais tem provocado mudanças significativas nas relações de trabalho. Um dos principais efeitos dessas transformações, especialmente nas plataformas digitais e ambientes virtuais, é:

- a) A consolidação de empregos com carteira assinada, impulsionada pela regulamentação de startups.
- b) A crescente aplicação de regimes de tempo integral com controle rígido de jornada.
- c) A emergência de modelos de trabalho baseados em algoritmos, com impacto direto na autonomia e remuneração dos trabalhadores.
- d) A extinção de trabalhos informais devido à transparência dos dados digitais.
- e) A substituição completa da mão de obra humana por agentes autônomos de inteligência artificial.

**27.** No contexto do setor público brasileiro, o uso de Inteligência Artificial (IA) tem sido estimulado como forma de ampliar a eficiência e a capacidade de atendimento ao cidadão. Entre os impactos positivos dessa adoção, destaca-se:

- a) A redução da participação social em decisões administrativas, delegando decisões inteiramente aos algoritmos.
- b) O fortalecimento do atendimento presencial em detrimento de canais digitais automatizados.
- c) A padronização de processos, aumento da celeridade e apoio à tomada de decisões com base em dados.
- d) A exclusividade de uso da IA apenas para fins de controle interno e auditoria de gastos.
- e) A substituição automática de servidores públicos em funções estratégicas, com eliminação de concursos.

**28.** A automação de processos por meio de Robotic Process Automation (RPA) tem sido adotada por órgãos públicos para aumentar a produtividade administrativa. Sobre essa prática, é correto afirmar que:

- a) Elimina a necessidade de revisão humana em processos críticos, devido à infalibilidade dos robôs.
- b) Está restrita a tarefas criativas e de alto grau de abstração, típicas de cargos estratégicos.
- c) É utilizada apenas em processos judiciais eletrônicos, como no âmbito do Poder Judiciário.
- d) Possui impacto direto na redução de retrabalho, tempo de execução e erros operacionais.
- e) Pressupõe o desligamento de servidores para compensar os investimentos em tecnologia.

**29.** A crescente adoção de sistemas baseados em inteligência artificial no setor público tem levantado preocupações quanto à sua aplicação em decisões administrativas. Entre os riscos a serem considerados, destaca-se:

- a) A obrigatoriedade de aprovação judicial para cada uso de algoritmos em serviços públicos.
- b) A possibilidade de reprodução de vieses discriminatórios presentes nos dados de treinamento.
- c) A total neutralidade e imparcialidade garantida por sistemas baseados em IA.
- d) A substituição automática de todos os processos burocráticos por decisões algorítmicas.
- e) A exclusividade do uso de IA apenas para atividades internas, sem impacto no cidadão.

**30.** Apesar dos ganhos de produtividade promovidos pelas novas tecnologias, sua adoção no setor público também pode gerar limitações institucionais. Um exemplo concreto de limitação a ser enfrentada é:

- a) O aumento da capacidade de armazenamento e processamento de dados públicos.
- b) A ampla digitalização dos serviços públicos essenciais para o cidadão.
- c) A melhoria nos fluxos de trabalho com uso de ferramentas de automação.
- d) A integração entre diferentes órgãos por meio de soluções interoperáveis.
- e) A carência de profissionais qualificados para implementar e manter soluções tecnológicas.

**EIXO TEMÁTICO 1****PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA***Stefan Fantini*

**31.** Em uma secretaria municipal, os chefes de departamento estão elaborando metas e ações específicas para suas áreas. Esse tipo de planejamento, feito pelo nível gerencial e voltado para uma unidade específica, é chamado de:

- a) Planejamento estratégico.
- b) Planejamento operacional.
- c) Planejamento tático.
- d) Planejamento institucional.
- e) Planejamento normativo.

**32.** Um hospital público elaborou um plano para expandir suas unidades em três cidades vizinhas, mas por restrições orçamentárias, nenhuma nova unidade foi construída. Por outro lado, passou a investir em telemedicina, iniciativa que não estava no plano original, mas que ganhou força e foi consolidada como prática institucional. Com base na tipologia de Mintzberg, as estratégias do hospital podem ser classificadas, respectivamente, como:

- a) Deliberada e manipulada.
- b) Emergente e não realizada.
- c) Pretendida e deliberada.
- d) Não realizada e emergente.
- e) Planejada e deliberada.

**33.** No âmbito da administração pública, o processo de planejamento deve respeitar alguns princípios específicos. Assinale a alternativa que não corresponde a um desses princípios:

- a) Planejamento participativo.
- b) Planejamento permanente.
- c) Planejamento coordenado.

- d) Planejamento integrado.
- e) Planejamento improvisado.

**34.** Durante um processo de diagnóstico organizacional, a empresa João das Neves Company identificou que boa parte de suas equipes possui baixa qualificação técnica e que seus sistemas de TI estão obsoletos, dificultando a execução de tarefas e a competitividade no mercado. Segundo a análise SWOT, esses elementos são classificados como:

- a) Ameaças externas que devem ser neutralizadas pela organização.
- b) Forças internas que precisam ser aproveitadas estrategicamente.
- c) Oportunidades de modernização e crescimento.
- d) Fraquezas internas que comprometem o desempenho da organização.
- e) Riscos operacionais que não interferem na análise SWOT.

**35.** Uma nova regulamentação determina que, para atuar como motorista de aplicativo, o profissional deverá possuir veículo próprio com, no máximo, dois anos de uso, além de curso técnico em direção defensiva e certificação específica de transporte urbano. Segundo o modelo das 5 Forças de Michael Porter, essa medida representa:

- a) Um aumento do poder de barganha dos clientes.
- b) Um estímulo à rivalidade entre os concorrentes existentes.
- c) Uma barreira de entrada para novos entrantes no setor.
- d) Um fortalecimento da substituição por outros modais de transporte.
- e) Um incentivo à qualificação e à mobilidade urbana.

**36.** A empresa Mário Bros Company optou por concentrar sua atuação em um nicho específico do mercado de cosméticos veganos e decidiu competir com preços mais baixos do que os concorrentes desse segmento. De acordo com as estratégias competitivas genéricas de Michael Porter, a empresa adotou:

- a) Estratégia de liderança de custo ampla.
- b) Estratégia de diferenciação.
- c) Estratégia de enfoque simples.
- d) Estratégia de enfoque na liderança de custo.
- e) Estratégia híbrida de inovação.

**37.** Uma empresa que vende equipamentos esportivos resolveu reforçar suas ações de marketing e oferecer descontos em produtos já existentes, com o objetivo de aumentar as vendas em sua base atual de clientes, isto é, no mercado já existente. De acordo com a Matriz de Ansoff, essa estratégia corresponde a:

- a) Diversificação.
- b) Desenvolvimento de mercado.
- c) Penetração de mercado.
- d) Desenvolvimento de produto.
- e) Expansão horizontal.

**38.** Um gestor público deseja avaliar o desempenho de um programa de atendimento ao cidadão. Para isso, ele utiliza: (i) o custo médio por atendimento, (ii) o tempo de espera até o atendimento, (iii) o grau de satisfação dos usuários e (iv) a quantidade de pessoas atendidas. Segundo o TCU, essas variáveis compõem quais dimensões típicas de indicadores?

- a) Custo, tempo, qualidade e quantidade.
- b) Eficiência, eficácia, efetividade e excelência.
- c) Resultado, impacto, equidade e economicidade.
- d) Financeira, processos, clientes e inovação.
- e) Economia, eficácia, avaliação e planejamento.

**39.** De acordo com as orientações aplicadas à gestão pública, um bom indicador de desempenho deve possuir algumas propriedades essenciais. Assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas propriedades essenciais:

- a) Validade.
- b) Confiabilidade.
- c) Simplicidade.
- d) Utilidade.
- e) Disponibilidade.

### **TENDÊNCIAS DO FUTURO DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO E GESTÃO DE PROCESSOS**

*Rodrigo Rennó*

**40.** A cadeia de valor de uma organização pública, adaptada do modelo proposto por Porter, tem como principal finalidade:

- a) Otimizar a estrutura patrimonial do ente federativo.
- b) Classificar os recursos humanos conforme a complexidade dos processos.
- c) Integrar as atividades primárias e de apoio, evidenciando como cada uma contribui para a entrega de valor ao cidadão.
- d) Controlar o fluxo orçamentário e financeiro entre as áreas administrativas.
- e) Formalizar os procedimentos operacionais padrão da administração indireta.

**41.** A correta classificação dos processos organizacionais é um elemento fundamental para sua gestão eficaz. No contexto da administração pública, os processos que viabilizam diretamente a entrega de produtos ou serviços ao cidadão são denominados:

- a) Processos de gestão, pois envolvem planejamento estratégico e avaliação de desempenho institucional.
- b) Processos de apoio, já que fornecem suporte logístico e administrativo à organização.
- c) Processos operacionais, pois são responsáveis pelo controle interno de metas e contratos.
- d) Processos finalísticos ou de negócio, pois estão diretamente relacionados à missão institucional e ao atendimento das demandas sociais.
- e) Processos de controle, pois são fiscalizados por auditorias internas e externas.

**42.** O avanço da Inteligência Artificial (IA) no setor público tem implicado transformações significativas na forma como os serviços são concebidos, geridos e entregues. Nesse novo cenário, é correto afirmar que:

- a) A IA substitui integralmente a função pública, tornando obsoletas as competências humanas.
- b) A adoção da IA pressupõe a redefinição de atribuições, exigindo competências digitais e capacidade analítica dos servidores.
- c) A automatização por IA é incompatível com os princípios da legalidade e da imparcialidade.
- d) A implementação de IA nas estruturas públicas deve ocorrer de forma autônoma, sem articulação com políticas de capacitação.
- e) O uso de IA no serviço público é limitado a áreas técnicas de baixo impacto social.

**EIXO TEMÁTICO 2****ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS***Ricardo Campanário*

**43.** Assinale a opção que indica o início da sequência de operações da administração dos recursos materiais.

- a) Venda ao cliente
- b) Recebimento dos materiais
- c) Incorporação do patrimônio
- d) Identificação do fornecedor
- e) Armazenagem por frequência

**44.** É a disciplina que lida com a preservação, manutenção ou alienação de um bem, iniciando com a incorporação e seguindo até a baixa do bem do seu sistema de controle. Estamos falando da Administração de Recursos

- a) Materiais
- b) Humanos
- c) Financeiros
- d) Imobiliários
- e) Patrimoniais

**45.** Ao devolver uma bateria usada de celular ao seu fabricante, para que seja providenciado o descarte correto do item estamos diante de um processo de

- a) Logística Direta
- b) Terceirização
- c) Verticalização
- d) Logística Centralizada
- e) Logística Reversa

**PARCERIAS ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE***Antônio Daud*

**46.** Assinale a alternativa correta a respeito do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) a que alude a Lei 13.019/2014:

- a) é cabível a celebração de parcerias com organizações religiosas, ainda quando estas se dediquem a projetos com exclusivo fim religioso.
- b) não se admite a celebração de parcerias com cooperativas.
- c) a administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até noventa dias após o respectivo encerramento.
- d) entre as diretrizes do regime de parcerias, encontra-se a ação integrada, complementar e descentralizada, de recursos e ações, entre os entes da Federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos.
- e) ao decidir sobre a celebração de parcerias, o administrador público pode considerar, facultativamente, a capacidade operacional da administração pública para celebrar a parceria, cumprir as obrigações dela decorrentes e assumir as respectivas responsabilidades.

**47.** O Ministério Alfa decidiu fomentar a participação de entidades privadas sem fins lucrativos em projetos de interesse público e recíproco, razão pela qual publicou edital de chamamento público, para celebração de parceria com a entidade vencedora, a qual seria beneficiária de recursos financeiros. Tomando por base o regramento contido na Lei 13.019/2014, a mencionada parceria deverá ser instrumentalizada na forma de:

- a) contrato de gestão.
- b) termo de parceria.
- c) termo de fomento.
- d) acordo de cooperação.
- e) termo de colaboração.

**48.** Considerando as regras dispostas na Lei 13.019/2014, assinale a alternativa INCORRETA a respeito do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração e demais iniciativas de fortalecimento da participação social:

- a) Poderá ser criado, no âmbito do Poder Executivo federal, o Conselho Nacional de Fomento e Colaboração, de composição paritária entre representantes governamentais e organizações da sociedade civil.
- b) O Conselho terá a finalidade de divulgar boas práticas e de propor e apoiar políticas e ações voltadas ao fortalecimento das relações de fomento e de colaboração.
- c) Os demais entes federados também poderão criar instância participativa com organizações da sociedade civil.
- d) Os conselhos setoriais de políticas públicas e a administração pública serão consultados quanto às políticas e ações voltadas ao fortalecimento das relações de fomento e de colaboração propostas pelo mencionado Conselho.
- e) A administração pública divulgará exclusivamente pelos seus sítios na internet campanhas publicitárias e programações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, no âmbito das parcerias, mediante o emprego de linguagem neutra.

**GESTÃO DE RISCOS***Rodrigo Rennó*

**Acerca do assunto Gestão de Riscos, julgue os itens que se seguem.**

**49.** A fase de identificação de riscos constitui o ponto de partida para o processo sistemático de gestão de riscos. Assinale a alternativa que melhor descreve o objetivo dessa etapa.

- a) Coletar dados estatísticos para justificar cortes orçamentários em áreas críticas.
- b) Classificar riscos exclusivamente segundo critérios financeiros e contábeis.
- c) Reconhecer eventos e fontes de incertezas que possam afetar a consecução dos objetivos organizacionais.
- d) Estabelecer protocolos punitivos para riscos considerados de alto impacto.
- e) Mapear fragilidades institucionais com vistas à responsabilização de servidores.

**50.** A definição de risco é um elemento-chave para a compreensão da lógica que sustenta o gerenciamento de incertezas nas organizações públicas. Assinale a alternativa que expressa corretamente esse conceito.

- a) Desvio previsível entre planejamento e execução, com impacto necessariamente financeiro.
- b) Probabilidade estatística de sanção em auditorias ou controles externos.
- c) Evento com potencial de impactar negativamente os objetivos da organização.
- d) Circunstância de inadimplência por parte de fornecedores públicos.
- e) Ocorrência de dano ambiental decorrente de omissão administrativa.

**51.** A resposta aos riscos identificados constitui etapa decisiva na gestão estratégica de incertezas. Nesse contexto, assinale a alternativa que não corresponde a uma das estratégias reconhecidas institucionalmente.

- a) Mitigar o risco por meio da adoção de controles que reduzam sua probabilidade ou impacto.
- b) Compartilhar o risco com terceiros, por exemplo, via seguros ou parcerias.
- c) Eliminar o risco, evitando a atividade que o gera.
- d) Ignorar o risco deliberadamente como forma de racionalização de recursos.
- e) Aceitar o risco, quando considerado compatível com o apetite institucional.

**Acerca do assunto Inovação na gestão pública, julgue os itens que se seguem.**

**52.** A incorporação da inovação como vetor de transformação do setor público requer não apenas ferramentas e tecnologias, mas também condições organizacionais específicas. Dentre os fatores críticos de sucesso para o fortalecimento de uma cultura de inovação nas instituições públicas, destaca-se:

- a) A valorização do erro como oportunidade de aprendizagem, o incentivo ao pensamento criativo e a participação de diferentes atores no processo de mudança.
- b) A prevalência de controles rígidos sobre qualquer forma de experimentação administrativa.
- c) O isolamento das unidades inovadoras, para evitar interferências da burocracia tradicional.
- d) A replicação obrigatória de soluções desenvolvidas no setor privado, independentemente do contexto institucional.
- e) A eliminação dos ritos legais e regimentais, considerados obstáculos à inovação genuína.

53. A discussão contemporânea sobre inovação na gestão pública desloca-se da simples modernização de procedimentos administrativos para uma compreensão mais ampla e estratégica do papel do Estado na geração de valor público. Nessa perspectiva, é correto afirmar que a inovação:

- a) Diz respeito apenas à adoção de novas tecnologias da informação e comunicação nos processos internos da administração.
- b) Corresponde à substituição das formas tradicionais de controle social por plataformas digitais automatizadas.
- c) Refere-se à introdução de mudanças significativas nos serviços, processos ou estruturas organizacionais que resultem em melhoria do desempenho institucional e aumento da legitimidade perante a sociedade.
- d) Deve restringir-se à esfera da administração indireta, onde há maior flexibilidade normativa e contratual.
- e) Está condicionada à existência de ambientes de mercado competitivos, nos quais o Estado atua como regulador e não como inovador.

54. Os laboratórios de inovação têm ganhado espaço como estratégia de institucionalização da inovação no setor público. Sobre seu funcionamento e finalidade, assinale a alternativa correta:

- a) São núcleos responsáveis pela digitalização de documentos e automação de sistemas obsoletos da administração pública.
- b) Funcionam como espaços isolados, voltados exclusivamente ao desenvolvimento de soluções internas de TI.
- c) Operam de forma sigilosa para garantir inovação disruptiva, independentemente da legislação vigente.
- d) São estruturas de controle interno com autonomia para reavaliar políticas públicas já consolidadas.
- e) Atuam como ambientes de experimentação institucional, nos quais problemas públicos são tratados por meio de metodologias ágeis, cocriação e participação de múltiplos atores.

**EIXO TEMÁTICO 3****POLÍTICAS PÚBLICAS***Douglas Schneider*

55. A burocracia, segundo o modelo clássico weberiano, é considerada uma forma ideal de organização estatal baseada em regras, hierarquia e imensoalidade. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta uma característica fundamental da burocracia weberiana.

- a) A ampla discricionariedade do funcionário público para flexibilizar regras conforme o contexto.
- b) A seleção e promoção dos servidores públicos com base em critérios técnicos e meritocráticos.
- c) A prevalência do estatuto temporário dos servidores, que visa maior rotatividade na administração.
- d) A estrutura organizacional horizontal, com poucos níveis hierárquicos para agilizar decisões.
- e) A utilização predominante de decisões informais, baseadas em relações pessoais e políticas.

56. A discricionariedade do gestor público na formulação e implementação de políticas públicas está associada à capacidade de decidir entre alternativas dentro dos limites legais, para melhor adequar a política às circunstâncias concretas. Considerando essa definição, assinale a alternativa que melhor exemplifica a aplicação legítima da discricionariedade na administração pública.

- a) Um gestor público decide aplicar uma penalidade maior que a prevista em lei, para servir de exemplo.
- b) Um servidor escolhe entre diferentes fornecedores dentro dos critérios estabelecidos para a compra pública.
- c) Um político altera os objetivos de uma política pública sem consulta técnica para favorecer interesses pessoais.
- d) Um agente público ignora normas internas por acreditar que são obsoletas.
- e) Um gestor determina benefícios exclusivos para um grupo específico, contrariando o princípio da imensoalidade.

**57.** Na implementação de políticas públicas, a discricionariedade administrativa pode ser um instrumento essencial para ajustar ações às especificidades locais e contextuais. Porém, sua má utilização pode comprometer a efetividade e a legitimidade das políticas. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta um risco inerente à discricionariedade na implementação de políticas públicas.

- a) Flexibilidade para adequar programas a realidades locais.
- b) Responsabilização dos gestores por resultados.
- c) Possibilidade de abuso de poder e favoritismo.
- d) Melhoria da eficiência na alocação de recursos.
- e) Adoção de critérios técnicos para decisão.

**58.** A implementação de políticas públicas enfrenta diversos desafios que podem comprometer o alcance dos objetivos estabelecidos na fase de formulação. Considerando os problemas típicos desse processo, assinale a alternativa que apresenta um desafio clássico e frequente na implementação de políticas públicas.

- a) A clara definição de objetivos e metas, que facilita a avaliação dos resultados.
- b) A existência de recursos financeiros suficientes para todas as etapas da política.
- c) A fragmentação institucional e a falta de coordenação entre os órgãos envolvidos.
- d) A ampla participação da sociedade civil no acompanhamento da política.
- e) A uniformidade das condições sociais e econômicas em todas as regiões do país.

**59.** O arranjo organizacional caracterizado pela associação voluntária de entes federativos para realizar objetivos comuns, como a gestão de resíduos sólidos ou transporte público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, denomina-se:

- a) consórcio público.
- b) organização social.
- c) agência reguladora.
- d) parceria público-privada (PPP).
- e) organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

**60.** Considerando a capacidade política e técnico-administrativa dos arranjos institucionais, assinale a alternativa que caracteriza um arranjo com alta capacidade técnico-administrativa, porém baixa capacidade política, indicando uma execução eficiente, porém limitada em legitimidade e participação.

- a) Apresentar mecanismos de legitimidade junto a diferentes públicos e competência técnica.
- b) Carecer de elementos politicamente legitimadores e tecnicamente capacitadores.
- c) Expor potencial para políticas inovadoras e transformações eficazes.
- d) Manifestar autonomia, competência técnica e de coordenação, porém execução insulada do ambiente político.
- e) Possuir mecanismos de participação dos atores, porém carente de habilidades técnicas para execução.

**61.** No contexto da coordenação entre governo e sociedade civil na implementação de políticas públicas, a estratégia que envolve o engajamento mútuo entre governantes, cidadãos e outros atores para compartilhamento de responsabilidades e poder na produção dos serviços públicos denomina-se:

- a) auditoria.
- b) controladoria.
- c) eficiência.
- d) ouvidoria.
- e) coprodução.

**62.** No contexto da gestão de políticas públicas, o monitoramento é uma atividade contínua que visa acompanhar o andamento das ações para garantir sua conformidade com os objetivos planejados. Assinale a alternativa que melhor descreve quem é o responsável pelo acompanhamento das atividades durante a implementação da política pública.

- a) O órgão que coordena a execução da política pública.
- b) Entidades externas independentes, sem vínculo direto com a implementação.
- c) Auditorias realizadas após a conclusão da política.
- d) Órgãos independentes que realizam avaliações periódicas.
- e) Comitês formados por representantes da sociedade civil.

**63.** A avaliação participativa nas políticas públicas busca envolver diferentes atores no processo de análise para promover maior legitimidade e qualidade das decisões. Sobre essa modalidade, assinale a alternativa correta.

- a) É realizada exclusivamente por avaliadores externos especializados e técnicos.
- b) Inclui a colaboração de beneficiários, gestores e demais interessados durante todas as etapas da avaliação.
- c) Privilegia o uso exclusivo de dados quantitativos para garantir imparcialidade.
- d) Ocorre apenas ao final do ciclo de vida da política, sem envolvimento direto dos usuários.
- e) Limita-se às análises internas feitas por órgãos governamentais responsáveis pela política.

**64.** No contexto da gestão pública contemporânea, o uso de evidências tem ganhado destaque por proporcionar decisões mais qualificadas e transparentes. De acordo com a abordagem moderada proposta por Pinheiro (2020), é correto afirmar que o conceito de evidências:

- a) está limitado às informações produzidas exclusivamente pelo método científico rigoroso, evitando outros tipos de conhecimento.
- b) inclui não apenas dados acadêmicos, mas também experiências práticas e percepções dos agentes envolvidos.
- c) depende necessariamente de instrumentos quantitativos, descartando informações qualitativas por serem subjetivas.
- d) refere-se apenas aos resultados obtidos em pesquisas realizadas dentro de instituições governamentais.
- e) dispensa avaliação da aplicabilidade prática dos dados, focando apenas na sua robustez científica.

**65.** A respeito das fontes de evidências utilizadas por formuladores de políticas públicas, Koga et al. (2020) identificaram quatro tipos principais, considerando diferentes origens e naturezas das informações. Assinale a alternativa que representa o tipo de evidência obtida em normas, notas técnicas, recomendações de órgãos de controle e bases de dados governamentais:

- a) externo
- b) externo não acadêmico
- c) experencial
- d) empírico
- e) interno

66. De acordo com estudos realizados com servidores públicos federais brasileiros sobre o uso de evidências, Koga et al. (2020) destacam um fator organizacional relevante para a incorporação efetiva das evidências científicas. Esse fator é:
- a) a padronização obrigatória das fontes utilizadas por todos os servidores.
  - b) a exigência de participação direta das universidades nas decisões internas.
  - c) o treinamento obrigatório dos servidores exclusivamente em métodos quantitativos.
  - d) a credibilidade e o prestígio da fonte informacional utilizada nas decisões.
  - e) a uniformização dos tipos de evidência aceitos dentro da administração pública.

**EIXO TEMÁTICO 4****CONTABILIDADE PÚBLICA***Gilmar Possati*

67. O Município Audazes dos Pampas, em seu ciclo orçamentário e financeiro, realizou a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) relativo ao exercício corrente. Considere os seguintes momentos nesse processo:

- I. Em 1º de janeiro do exercício, o fato gerador do IPTU ocorre, tornando o tributo legalmente devido.
- II. Em 15 de janeiro, o município realiza o lançamento do IPTU, notificando os contribuintes do valor devido.
- III. Ao longo do mês de março, os contribuintes efetuam o pagamento do IPTU.
- IV. Após o prazo de pagamento, alguns contribuintes permanecem inadimplentes, e suas dívidas são inscritas em Dívida Ativa após o devido processo legal.

De acordo com as diretrizes do MCASP, assinale a opção que indica corretamente como os momentos I, III e IV se relacionam com o

reconhecimento da Receita Orçamentária e da Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), e o impacto da inscrição em Dívida Ativa no patrimônio:

- a) O reconhecimento da Receita Orçamentária ocorre no momento III (pagamento/arrecadação), e a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) é reconhecida no momento I (fato gerador). A inscrição em Dívida Ativa no momento IV configura um fato permutativo, reclassificando o crédito.
- b) Tanto a Receita Orçamentária quanto a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) são reconhecidas no momento I (fato gerador), e a inscrição em Dívida Ativa no momento IV gera uma nova VPA e Receita Orçamentária.
- c) Apenas a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) é reconhecida no momento III (pagamento/arrecadação). O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) é um exemplo de VPA reconhecida no momento I.
- d) A Receita Orçamentária e a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) são ambas reconhecidas no momento III (pagamento/arrecadação).
- e) A inscrição em Dívida Ativa no momento IV é o único momento de reconhecimento de VPA e Receita Orçamentária para créditos não pagos tempestivamente, independentemente do fato gerador.

68. O Município Audazes dos Pampas foi surpreendido por uma calamidade pública em dezembro de 2024, exigindo uma despesa urgente e imprevista para o socorro à população. Diante da situação, foi necessário realizar um empenho extraordinário. O pagamento dessa despesa, no entanto, não ocorreu até o final do exercício, sendo inscrita em Restos a Pagar. Em fevereiro de 2025, o pagamento foi finalmente efetuado.

Considerando os conceitos de despesa pública, Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores, bem como os tipos de créditos orçamentários, conforme o MCASP, assinale a opção que descreve uma afirmação correta sobre essa situação:

- a) O empenho extraordinário, por sua natureza, não permite a inscrição em Restos a Pagar, devendo a despesa ser automaticamente convertida em Despesa de Exercícios Anteriores (DEA) em 2025.
- b) A despesa, em 2025, deve ser paga como Restos a Pagar do exercício anterior. Se o fato gerador da despesa já havia ocorrido em 2024, não haverá novo registro de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) em 2025, pois a VPD já foi reconhecida em 2024.
- c) Despesas decorrentes de empenho extraordinário são sempre classificadas como Despesa de Exercícios Anteriores (DEA) se não pagas no mesmo ano, visando manter a dotação orçamentária de 2024.
- d) O pagamento em 2025 de Restos a Pagar, originados de um empenho extraordinário, será registrado como uma nova despesa do exercício de 2025 para fins orçamentários, impactando o limite de gastos do ano corrente.
- e) O suprimento de fundos seria a forma mais adequada de executar essa despesa urgente em 2024, evitando a inscrição em Restos a Pagar.

## LICITAÇÃO

*Herbert Almeida*

69. Uma empresa foi contratada diretamente pela Administração Pública, com dispensa de licitação, para a prestação de serviços essenciais de limpeza urbana após uma grave enchente que motivou a declaração de calamidade pública. O contrato foi celebrado com prazo de um ano. Com o intuito de coibir contratações emergenciais sucessivas, a Administração Pública considerou a possibilidade de recontratar a mesma empresa, sob a mesma situação de calamidade, após o término do prazo contratual. À luz da tese de repercussão geral firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, e do disposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) A vedação à recontratação da empresa incide quando esta se fundamenta na mesma situação emergencial ou calamitosa e o período total das contratações extrapole o prazo máximo legal de um ano.
- b) A vedação à recontratação da empresa, prevista na Lei nº 14.133/2021, é inconstitucional, pois impõe uma punição antecipada e indevida a empresas que prestam serviços em regime emergencial, violando os princípios da economicidade e da eficiência.
- c) A empresa contratada diretamente por dispensa de licitação não poderá participar de eventual licitação substitutiva para o mesmo objeto, pois a vedação de recontratação se estende a qualquer forma de contratação futura relacionada à mesma situação emergencial.
- d) É permitida a recontratação da empresa para a mesma situação de calamidade pública, mesmo que o prazo total da contratação supere um ano, desde que a empresa comprove que as condições de preço e de execução são mais vantajosas para a Administração.
- e) A vedação à recontratação da empresa é absoluta e se aplica em qualquer circunstância, inclusive em caso de nova emergência ou calamidade pública, com o objetivo de garantir o princípio da imprevisibilidade.

**70.** A Administração Pública, após constatar uma irregularidade em um contrato administrativo, considera a possibilidade de declaração de sua nulidade. Antes de tomar essa decisão, o gestor público avalia que a anulação do contrato, que se encontra em fase avançada de execução, poderia gerar graves prejuízos econômicos e sociais, como a paralisação de um serviço essencial e a perda do investimento já realizado. Considerando essa situação e as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta.

- a) A declaração de nulidade do contrato administrativo, uma vez constatada a irregularidade, é um ato vinculado da autoridade, que deve ser adotado de forma imediata, sem a necessidade de avaliação prévia dos impactos decorrentes.
- b) Em caso de nulidade, a autoridade não pode decidir que a declaração de nulidade tenha eficácia futura para permitir a continuidade da atividade, pois a retroatividade do ato é um princípio da anulação de contratos administrativos.
- c) A nulidade do contrato administrativo exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado por prejuízos decorrentes da anulação, mesmo que o contratado não tenha dado causa à irregularidade.
- d) O estudo do impacto anulatório, que avalia as consequências de uma possível declaração de nulidade do contrato, não é previsto na Lei de Licitações, devendo a anulação ser pautada exclusivamente no princípio da legalidade.
- e) Constatada a irregularidade, a decisão sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, após a avaliação de diversos aspectos, como os impactos econômicos e sociais.

**71.** Com base nas normas da Lei nº 14.133/2021 sobre a duração e prorrogação de contratos, assinale a opção correta:

- a) O contrato de serviços e fornecimentos contínuos, uma vez celebrado, não pode ser extinto sem ônus para a Administração, mesmo que o contrato não ofereça mais vantagem, em razão do princípio da vinculação ao edital.
- b) O prazo máximo de celebração para contratos de serviços e fornecimentos contínuos é de cinco anos, sendo admitida a prorrogação sucessiva, respeitada a vigência máxima decenal.
- c) A duração dos contratos é sempre determinada pelo prazo inicial previsto no edital, sendo vedada sua prorrogação, a fim de se garantir o princípio da impessoalidade e a realização de novas licitações.
- d) Nos contratos que geram receita para a Administração, o prazo máximo é de até quinze anos, e, se envolverem investimento do contratado, poderá ser de até vinte e cinco anos.
- e) Contratos de serviços públicos em regime de monopólio, como o fornecimento de energia elétrica, devem ter duração de até sessenta meses, sendo vedada sua celebração com prazo indeterminado.

72. A Administração Pública, em decorrência de um grave inadimplemento contratual por parte de uma empresa contratada, decide extinguir o contrato de forma unilateral. O gestor público, ao analisar a situação, verifica que a empresa não cumpriu as obrigações essenciais, causando prejuízos significativos aos cofres públicos e à prestação do serviço. Com base no cenário apresentado e nas disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre a extinção de contratos administrativos, assinale a opção correta:

- a) A extinção do contrato determinada por ato unilateral da Administração Pública, em caso de inadimplemento do contratado, é vedada, devendo ser resolvida exclusivamente por decisão judicial ou arbitral.
- b) Em caso de extinção do contrato por culpa exclusiva da Administração, o contratado terá direito à indenização por perdas e danos, mas não à devolução da garantia, que será retida pela Administração como forma de compensação.
- c) A Administração Pública não pode assumir imediatamente o objeto do contrato, nem ocupar as instalações e o pessoal empregado, em caso de extinção unilateral, pois tais medidas violariam a propriedade privada do contratado.
- d) A extinção unilateral do contrato, quando não há culpa da Administração, pode acarretar a execução da garantia contratual e a retenção de créditos do contratado até o limite dos prejuízos causados e das multas aplicadas, como hipóteses de autoexecutoriedade das multas.
- e) As medidas de autoexecutoriedade de multas, como a retenção de créditos e a execução da garantia, somente podem ser aplicadas após o trânsito em julgado de uma decisão judicial que reconheça o inadimplemento do contratado.

## ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

*Leandro Ravyelle*

73. Durante um seminário sobre planejamento fiscal, o Secretário de Orçamento de um estado afirmou que, para dar maior transparência e eficiência à alocação dos recursos públicos, seu governo adotaria uma técnica orçamentária que permitisse a vinculação entre recursos e resultados, com metas físicas e avaliação de programas.

Diante disso, assinale a alternativa correta:

- a) A técnica orçamentária adotada é o orçamento tradicional, centrado na estrutura contábil da despesa.
- b) O orçamento-programa visa ao controle precípua mente o contábil da execução financeira, sendo direcionado para políticas públicas.
- c) O orçamento de desempenho é sinônimo de orçamento incremental, com foco na estabilidade de gastos.
- d) O orçamento-programa permite uma apresentação dos objetivos e dos resultados da instituição e do interrelacionamento entre custos e programas.
- e) A técnica descrita refere-se ao orçamento de base zero, adotado exclusivamente para ajustar e tratar como prioridade a revisão de gastos, tópico visado pelo governo atual.

**74.** Diante da necessidade de implementar uma nova política pública de incentivo à agricultura familiar, sem previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA), o governo estadual decidiu enviar projeto de lei para criar dotação específica com base em recurso oriundo de excesso de arrecadação.

Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de abertura de crédito suplementar, utilizado para reforço de dotação já existente.
- b) O crédito extraordinário é o mais adequado, pois se trata de política pública de interesse social.
- c) A abertura do crédito independe de autorização legislativa, pois se destina à política pública essencial.
- d) A modalidade adequada é o crédito especial, uma vez que a despesa não está prevista na LOA.
- e) A LOA já autoriza todos os tipos de despesas, sendo desnecessário crédito adicional para ações novas.

**75.** Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária anual, um parlamentar propôs emenda individual para destinar recursos a um município em seu estado, com transferência direta, sem necessidade de convênio.

Com base no art. 166-A da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A transferência especial permite repasse direto ao município, ainda que sem previsão legal específica.
- b) Emendas individuais podem ter execução obrigatória, desde que compatíveis com o PPA e a LDO.
- c) O pagamento da emenda individual depende de contrato assinado entre o município e o Ministério responsável.
- d) A transferência com finalidade definida autoriza o município a usar os recursos livremente.
- e) É vedado o uso de emendas parlamentares para execução de programas de duração continuada.

**76.** Durante o acompanhamento da arrecadação, a Secretaria da Fazenda estadual registrou valores reconhecidos por decisão administrativa, ainda não pagos pelo contribuinte.

Esses valores correspondem a qual estágio da receita pública?

- a) Lançamento.
- b) Previsão.
- c) Arrecadação.
- d) Recolhimento.
- e) Inscrição.

**77.** Uma despesa orçamentária, devidamente empenhada e cujo fato gerador ocorreu no exercício e devidamente atestada até o final do exercício. Entretanto, não foi paga até 31 de dezembro. O ordenador de despesa solicitou que ela fosse inscrita como despesa de exercícios anteriores.

Com base na legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- a) A despesa deve ser cancelada e reempenhada no exercício seguinte.
- b) A despesa deve ser inscrita como restos a pagar não processados.
- c) A continuidade dos estágios de execução dessas despesas ocorrerá no próximo exercício, devendo ser controlados em contas de natureza de informação orçamentária específicas.
- d) A despesa deve ser anulada, pois ofende o princípio da anualidade.
- e) A despesa poderá ser paga como extraorçamentária, por estar fora do exercício de origem.

78. Para atendimento da Lei nº 4.320/1964, é necessário o reconhecimento do passivo financeiro quando verificada a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial, mesmo não se tratando de obrigação presente por falta do implemento de condição, o qual somente se verificará com a devida liquidação.

Como exemplo, considere-se os seguintes fatos a serem registrados na contabilidade de determinado ente público:

- Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 1.000,00;
- Empenho da despesa no valor de R\$ 900,00;
- Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 700,00;
- Inscrição de Restos a Pagar, sendo R\$ 700,00 de Restos a Pagar Processado e R\$ 200,00 de Restos a Pagar Não Processados

Acerca dessa situação, assinale a alternativa correta

- a) O ingresso no caixa corresponderá a receita extraorçamentária.
- b) O empenho da despesa é ato que potencialmente afetará o patrimônio.
- c) Deverá ser criado um passivo permanente que comprometerá o ativo permanente, diminuindo o valor do superávit financeiro, caso se verifique a realização do fato gerador patrimonial.
- d) Após o implemento de condição e a verificação do direito adquirido pelo credor, dispensam-se os possíveis efeitos sobre o patrimônio.
- e) O registro da despesa orçamentária ao longo do exercício deve ser realizado nas contas de natureza de informação patrimonial no momento do empenho

**EIXO TEMÁTICO 5****TRANSPARÊNCIA PÚBLICA***Antônio Daud*

79. A respeito da transparência ativa e passiva e dos dados abertos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Dados abertos são acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte.
- b) Os dados disponibilizados pelo Poder Executivo federal e as informações de transparência ativa são de livre utilização pelos Poderes Públicos e pela sociedade.
- c) A transparência passiva busca garantir a prestação de informações em atendimento a pedidos apresentados à administração pública.
- d) A transparência ativa busca garantir a divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais.
- e) È facultado aos portais de transparência pública, utilizados para transparência ativa de informações de interesse público, possibilitarem a geração de relatórios em formato de dados abertos.

**80.** Gilmar, cidadão, ao comparecer a uma farmácia para compra de medicamento, foi indagado sobre a possibilidade de permitir que o estabelecimento tratasse seus dados pessoais. Nesta ocasião, foi-lhe informado INCORRETAMENTE que a legislação permite o tratamento de dados pessoais na seguinte hipótese:

- a) fornecimento de consentimento pelo titular, seja por escrito ou por outro meio que demonstre sua manifestação de vontade.
- b) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida sempre que possível a anonimização dos dados pessoais.
- d) para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, desde que a pedido do titular dos dados.
- e) para o exercício regular de direitos em processo judicial ou administrativo, não incluindo o exercício de direitos em outros foros, como o arbitral.

**81.** Suponha que no exercício de fiscalização conduzida pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), foram identificadas graves infrações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) por determinado grupo empresarial, tendo resultado na abertura de processo administrativo, no qual foram assegurados o contraditório e a ampla defesa. O infrator já havia sido punido anteriormente pela ANPD com a aplicação de multa. Assinale, a partir das alternativas abaixo, a sanção que NÃO poderia ser aplicada pela entidade:

- (A) Bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização.
- (B) Multa simples, de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 por infração.

- (C) Eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.
- (D) Suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 12 meses, prorrogável por igual período.
- (E) Proibição total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

## ESTATÍSTICA

*Carlos Henrique*

**82.** Corujinha, a estatística do Estratégia Concursos, deseja obter dados dos concursos policiais no Brasil, mas, sabendo que existem muitas bancas examinadoras, decidiu retirar uma amostra utilizando duas técnicas de amostragem.

Corujinha optou por uma técnica probabilística e por outra não probabilística, respectivamente. Assinale a opção que apresenta a uma possibilidade de escolha de Corujinha.

- a) Amostragem por conglomerado e amostragem aleatória simples
- b) Amostragem sistemática e amostragem por cota
- c) Amostragem por julgamento e amostragem conglomerado
- d) Amostragem aleatória simples e amostragem sistemática
- e) Amostragem por cota e amostragem por julgamento

**83.** A respeito das medidas de posição, analise as afirmações abaixo:

- I. A soma dos desvios em relação à média aritmética é sempre igual a zero.
- II. Com relação à média aritmética, a soma dos valores absolutos dos desvios é mínima.
- III. Com relação à média aritmética que a soma dos quadrados dos desvios é mínima.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se somente a afirmativa II estiver correta

**84.** As médias aritméticas das provas das turmas M e N foram, respectivamente, 6,6 e 7,4. Se há 30 alunos na turma M e 20 na turma N, quanto vale a média aritmética das notas dos estudantes das duas turmas juntas?

- a) 6,79
- b) 7,18
- c) 7,04
- d) 6,83
- e) 6,92

---

**ATENDIMENTO AO CIDADÃO, QUALIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ACESSIBILIDADE E USO DE LINGUAGEM SIMPLES.**

---

*Stefan Fantini*

**85.** Em relação às principais características que compõem um bom atendimento ao público, assinale a alternativa que apresenta apenas atributos compatíveis com essa prática:

- a) Tolerância, atenção, presteza e desorganização.
- b) Objetividade, paciência, interesse e cortesia.
- c) Indiscrição, eficiência, apresentação e rigidez.
- d) Iniciativa, empatia, descortesia e flexibilidade.
- e) Confiabilidade, impaciência, credibilidade e atenção.

**86.** Em um atendimento ao público, o atendente João das Neves é sempre rápido, disponível e demonstra boa vontade para resolver as demandas dos usuários, mesmo nos horários de maior movimento. Essa atitude representa qual das características essenciais de um bom atendimento?

- a) Competência.
- b) Presteza.
- c) Atenção.
- d) Cortesia.
- e) Discrição.

**87.** Um hospital implantou um programa de capacitação com foco em garantir que os atendimentos fossem realizados exatamente como prometido: com precisão, consistência e isento de não conformidades. De acordo com o modelo SERVQUAL, o fator de qualidade priorizado nessa ação foi:

- a) Responsividade.
- b) Confiabilidade.
- c) Garantia.
- d) Tangibilidade.
- e) Empatia.

**COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA E A INTERNET****Júlia Branco**

**88.** Um servidor sugere que todas as comunicações institucionais passem por revisão para eliminar termos técnicos e burocráticos, substituindo-os por linguagem cidadã.

Segundo os princípios da comunicação pública e a Lei nº 13.460/2017, essa proposta:

- a) É incompatível com a LAI, pois a simplificação da linguagem pode comprometer a precisão técnica das informações.
- b) Atende aos princípios de foco no cidadão e acesso amplo à informação.
- c) Caracteriza comunicação de serviço, pois está voltada exclusivamente à orientação de usuários.
- d) Viola a imparcialidade, pois adapta a mensagem para determinados grupos sociais.
- e) É prática de transparência passiva, pois depende de solicitação do cidadão para esclarecimento.

**89.** Deepfakes representam um desafio crescente para a comunicação pública, especialmente em contextos eleitorais e de saúde pública. Considerando a perspectiva ética e técnica, assinale a alternativa correta

- a) O uso de deepfakes em campanhas públicas é aceitável quando há autorização de herdeiros da pessoa retratada, independentemente da clareza para o público de que se trata de material sintético.
- b) A detecção de deepfakes baseia-se exclusivamente na análise de conteúdo textual, sendo ineficaz para áudios e vídeos.
- c) A utilização de padrões de autenticação, como metadados e watermarking, integra medidas preventivas recomendadas por órgãos de autorregulação como o CONAR para identificar conteúdo gerado por IA.
- d) A aplicação de deepfakes em jornalismo é eticamente neutra, desde que o material não seja utilizado em campanhas políticas.

e) A criação de deepfakes é restrita a ferramentas proprietárias de grandes empresas de tecnologia, inviabilizando seu uso por indivíduos.

**90.** No desenvolvimento de uma campanha de comunicação governamental, o gestor da área de publicidade entrega à equipe criativa um documento contendo informações como objetivo da campanha, público-alvo, mensagem-chave, prazos, restrições legais e orçamento disponível.

Esse documento, que serve como guia para o trabalho da equipe, é chamado de:

- a) Plano de comunicação
- b) Briefing
- c) Nota informativa
- d) Relatório executivo
- e) Proposta técnica

## Discursiva 1

O Setor de Planejamento de determinado órgão elaborou o seu plano estratégico junto a sua alta administração. Do ponto de vista administrativo, o plano foi bem elaborado, no entanto a estratégia não está sendo alcançada. A maioria dos servidores não tem conhecimento da missão, da visão de futuro, dos valores, nem sabe associar ao plano estratégico as atividades que executa no dia a dia do órgão. O mapa estratégico passou a ser um mero cartaz sem significado nas paredes do órgão.

Considerando que o princípio constitucional da eficiência vem ganhando cada vez mais destaque nos processos de gestão nos órgãos públicos brasileiros; e considerando ainda que, para o alcance da eficiência, é necessário que os órgãos revisem suas estruturas, sua forma de funcionamento e, sobretudo, disponham de um plano bem estruturado para executar adequadamente a estratégia e garantir a qualidade dos serviços prestados à população, redija um texto dissertativo a respeito do referido plano estratégico. Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- a) Discorra sobre planejamento estratégico e sua finalidade.
- b) Defina missão, visão e valores organizacionais.
- c) Explique o que são objetivos estratégicos.
- d) Aponte as possíveis falhas na execução da estratégia e as possíveis ações a serem adotadas para que a estratégia seja alcançada.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Discursiva 2

Em 15 de março de 2024, o município de Nova Esperança celebrou um termo de fomento com uma Organização da Sociedade Civil (OSC) para a execução de um programa educacional inovador, voltado para a formação tecnológica de jovens em situação de vulnerabilidade social. O projeto foi proposto pela própria OSC, que demonstrou experiência na área. Após um processo de chamamento público, a organização foi selecionada por apresentar o plano de trabalho mais detalhado e compatível com os objetivos do programa.

O termo de fomento incluiu a transferência de R\$ 2.000.000,00 para a OSC, destinados à aquisição de equipamentos tecnológicos, contratação de profissionais especializados e custeio das atividades pedagógicas. O plano de trabalho previa a capacitação de 500 jovens no período de 12 meses, com metas específicas de frequência e desempenho escolar. Para garantir a transparência na execução, o termo de fomento estipulou indicadores de resultados e relatórios trimestrais de prestação de contas.

No entanto, durante uma fiscalização, verificou-se que a OSC havia adquirido parte dos equipamentos em desacordo com o regulamento próprio de compras, sem observância dos princípios da impessoalidade e economicidade. Ademais, os relatórios financeiros apresentaram inconsistências, o que levou à suspensão temporária dos repasses e ao acionamento do Tribunal de Contas.

Com base no caso apresentado, responda:

- (A) Analise juridicamente a celebração do termo de fomento, destacando as condições e requisitos necessários para sua formalização, com base na legislação aplicável.
- (B) Discuta as possíveis consequências legais e administrativas para a OSC no caso de descumprimento das disposições contratuais e legais do termo de fomento.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>